



INTEGRAÇÃO MARANHENSE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 14.871.900/0001-19

Relatório da administração (Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração: A administração da Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. (Companhia) em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter a apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório do auditor independente.

2. A Companhia

Denominação social	Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.
Natureza jurídica	Sociedade anônima fechada
Data de constituição	19 de dezembro de 2011
Sede	Rio de Janeiro
Objeto social	Implantação, operação comercial e exploração do negócio de energia elétrica
Empreendimento	Linha de Transmissão Açailândia - Miranda II
Características técnicas	LT 500 kV, circuito simples
Extensão aproximada	365 km

As acionistas da Companhia exercem controle conjunto, conforme acordo de acionistas firmado entre elas, sendo suas respectivas participações apresentadas a seguir.

Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo)	51%
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel)	49%
	100%

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	17 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	55.073	52.291

Observa-se um aumento aproximado de 5,3%, decorrente do reajuste do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

(b) Pagamento de dividendos para as acionistas

Celeo	13.111
Copel	12.595
	25.706

(c) Disponibilidade da linha de transmissão - A disponibilidade da linha de transmissão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 98,84%.

(d) Pagamento de principal e juros do financiamento

	Principal	Juros
	8.060	2.444
	8.060	2.444

(e) Intercorrência na linha de transmissão (LT) - Em 27 de dezembro de 2025 ocorreu a queda de uma torre da LT 500kV Açailândia / Miranda II C1, provocada por ação de terceiros, resultando na indisponibilidade temporária da operação do referido trecho da linha. As providências emergenciais foram imediatamente adotadas, visando à recomposição da estrutura e à normalização do serviço, em conformidade com os procedimentos operacionais e regulatórios aplicáveis. A linha de transmissão foi totalmente recomposta e disponibilizada ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) no dia 31/12/2025. A Companhia apresentou ao ONS o Relatório Técnico com as evidências e fundamentação para o enquadramento do evento como "Caso Fortuito" ou "Força Maior" e encontra-se no aguardo da respectiva análise. Considerando a rápida normalização da operação e as suas características, a Companhia não espera impactos relevantes oriundo desse evento.

4. Atendimento às disposições sobre política de equidade - Lei nº 15.177/2025: A Companhia afirma seu compromisso com a promoção da equidade, da igualdade de oportunidades, da não discriminação e do respeito à diversidade, valores que orientam a atuação da Companhia e integram sua cultura organizacional. Nesse sentido, em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que alterou o artigo 133, parágrafo sexto, da Lei 6.404/76, a Companhia divulga as seguintes informações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Cargo	Colaboradores/Cargos na administração (i)				Remuneração (ii)			
	2025		2024		2025		2024	
	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher	Total	Mulher
Diretoria e Conselheiros	5	-	5	-	R\$ 295	R\$ 9	R\$ 347	R\$ 37
Técnico ou Especialista	6	-	7	-	R\$ 726	-	R\$ 713	-
Operacional	1	-	1	-	R\$ 46	-	R\$ 44	-

(i) Refere-se à posição em 31 de dezembro de cada ano. (ii) Refere-se às remunerações em cada exercício.

5. Governança corporativa: As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria** - A Companhia é administrada por 2 (dois) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social. **(b) Conselho Fiscal** - O Conselho Fiscal não é permanente, e será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição no todo ou em parte. Compete aos membros do Conselho Fiscal, as atribuições, competências e prazo de mandato previstos em lei. **(c) Conselho de Administração** - O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, e por ela destituíveis a qualquer tempo, para o exercício de mandato unificado de 03 (três) anos, permitida a recondução no todo ou em parte. Atualmente não há suplentes em sua composição. Compete aos conselheiros, entre outros, aprovar a contratação de empréstimos, financiamentos ou a constituição de dívidas, eleger e destituir a Diretoria e aprovar as normas de procedimento para a administração da Companhia. **6. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.213	3.952
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	17.996	7.296
Concessionárias e permissionárias	10	5.022	5.295
Ativo de contrato	11	50.619	48.439
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	5.154	4.971
Outros impostos e contribuições a recuperar		40	1.998
Outros ativos		2.976	1.998
Total do ativo circulante		82.980	71.991
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	2.821	5.623
Ativo de contrato	11	530.971	528.903
Total do realizável a longo prazo		533.792	534.526
Imobilizado e intangível		1.361	1.363
Total do imobilizado e intangível		1.361	1.363
Total do ativo não circulante		535.153	535.889
Total do ativo		618.133	607.880

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	36.420	34.110
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	36.420	34.110

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros a realizar	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital Social	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2023		208.704	14.014	21.600	128.204	1.306	27.197	401.025	
Transferência para reserva de retenção de lucros	17 (b)	-	-	-	8.100	-	(8.100)	-	
Pagamento de dividendos	17 (d)	-	-	-	-	-	(19.097)	(19.097)	
Dividendos constituídos	17 (b)	-	-	-	-	(1.306)	-	(1.306)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	34.110	34.110	
Reserva legal	17 (b)	-	1.706	-	-	-	(1.706)	-	
Reserva de incentivos fiscais	17 (b)	-	-	6.698	-	-	(6.698)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	-	(6.427)	(6.427)	
Dividendos adicionais propostos	17 (d)	-	-	-	-	-	(19.279)	(19.279)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024		208.704	15.720	28.298	136.304	-	19.279	408.305	
Pagamento de dividendos	17 (d)	-	-	-	-	-	(19.279)	(19.279)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	36.420	36.420	
Reserva legal	17 (b)	-	1.821	-	-	-	(1.821)	-	
Reserva de incentivos fiscais	17 (b)	-	-	7.152	-	-	(7.152)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	-	(6.862)	(6.862)	
Dividendos adicionais propostos	17 (d)	-	-	-	-	-	(20.585)	(20.585)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025		208.704	17.541	35.450	136.304	-	20.585	418.584	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 19 de dezembro de 2011 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas pela LT 500 kV Açailândia - Miranda II, CS, com uma extensão de 365 km. As acionistas da Companhia exercem controle conjunto, conforme acordo de acionistas firmado entre elas, sendo suas respectivas participações apresentadas a seguir.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Políticas contábeis materiais:** Uma nova norma contábil foi efetiva para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou a nova norma contábil (listada abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras, visto que não é aplicável.

Norma	Vigência
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	01/01/2025

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo)	51%
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel)	49%
	100%

1.1 Contrato de concessão

Contrato de concessão	11/2012
Objeto do contrato	Construção, operação e manutenção das instalações de transmissão
Estado atendido	Maranhão
Empreendimento principal	Linha de Transmissão Açailândia - Miranda II
Características técnicas da LT	500 kV, circuito simples
Extensão aproximada	365 km
Instalações	(i) linha de transmissão Açailândia - Miranda II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 365 km, com origem na subestação Açailândia e término na subestação Miranda II; (ii) entradas de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
Data de assinatura	10 de maio de 2012
Prazo de vigência	30 anos
Data de vencimento	10 de maio de 2042
Início da operação comercial	Dezembro de 2014

1.2 Receita Anual Permitida (RAP)

	Resolução Homologatória (RH) nº 3.481	Resolução Homologatória (RH) nº 3.348
Data da resolução	17 de julho de 2025	16 de julho de 2024
Ciclo tarifário	2025-2026	2024-2025
RAP estabelecida	55.073	52.291

O aumento aproximado de 5,3% é decorrente do reajuste positivo do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). **1.3 Revisão Tarifária Periódica (RTP)** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procede a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos, considerando o seguinte cronograma.

Cronograma RTP (ciclo tarifário)	1ª revisão	2ª revisão	3ª revisão	4ª revisão	5ª revisão
	2017-2018	2022-2023	2027-2028	2032-2033	2037-2038

2 Base de preparação: Declaração de conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 13 de fevereiro de 2026. Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real brasileiro (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota explicativa	Estimativas e julgamentos
6	Critério de apuração e remuneração do ativo de contrato
23	Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada

Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	18	55.445	55.193
Custos operacionais	19 (a)	(7.715)	(7.848)
Lucro bruto		47.730	47.345
Despesas gerais e administrativas	19 (b)	(1.610)	(1.412)
Provisão para perda de crédito esperada	10	(513)	(267)
Provisão para contingências	16 (c)	(219)	(2.621)
Despesas operacionais		(2.342)	(4.300)
Resultado antes do resultado financeiro		45.388	43.045
Receitas financeiras		2.427	2.386
Despesas financeiras		(3.506)	(3.698)
Resultado financeiro	20	(1.079)	(1.312)
Resultado antes dos impostos		44.309	41.733
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.618)	(2.420)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(5.271)	(5.203)
Imposto de renda e contribuição social	21	(7.889)	(7.623)
Lucro líquido do exercício		36.420	34.110

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		36.420	34.110
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social correntes		2.618	2.420
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	5.271	5.203
- PIS e COFINS diferidos	18	252	414
- Títulos e valores mobiliários - rendimentos		(2.276)	(1.951)
- Contingências	16 (c)	219	2.621
- Provisão para perda de crédito esperada	10	513	267
- Depreciação		2	3
- Juros e correção monetária sobre financiamento	20	3.160	3.351
- Ativo de contrato - remuneração	11	(52.697)	(52.219)
		(6.518)	(5.781)

	Nota	2025	2024
Caixa gerado pelas atividades operacionais		42.029	42.841
Impostos pagos sobre o lucro		(2.937)	(3.160)
Financiamentos - pagamento de juros	13	(2.444)	(3.079)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		36.648	36.602
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(50.005)	(39.506)
Títulos e valores mobiliários - resgates		44.384	41.887
Caixa utilizado (gerado) nas atividades de investimento		(5.621)	2.381
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos - pagamento de principal	13	(8.060)	(7.927)
Pagamento de dividendos	22 (c)	(25.706)	(28.162)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(33.766)	(36.089)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(2.739)	2.894
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.952	1.058
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	1.213	3.952

Prática	Nota explicativa	Descrição
Caixa e equivalentes de caixa	8	Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e os investimentos de alta liquidez em Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos bancários (CDB), com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos (a contar da data de contratação), com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários.
Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante	9	Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento e das debêntures.
Receitas e despesas financeiras	20	A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva inclui sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

Prática	Nota explicativa	Descrição
Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração	13	(a) Classificação e mensuração - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle



INTEGRAÇÃO MARANHENSE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 14.871.900/0001-19

Prática	Nota explicativa	Descrição
Ativo de contrato	11	<p>Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.</p> <p>De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.</p> <p>Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.</p> <p>Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:</p> <p>i. Reconhecimento de receita de construção - Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção 40% (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.</p> <p>ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção - Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão.</p> <p>iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido - Registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 11% definida no início de cada projeto.</p> <p>A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:</p> <p>i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.</p> <p>ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.</p>

Prática	Nota explicativa	Descrição
Imposto de renda e contribuição social	15 e 21	<p>O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.</p> <p>A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.</p> <p>(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.</p> <p>Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p> <p>(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.</p> <p>Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflète a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.</p> <p>A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflète as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.</p> <p>Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.</p>

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Norma	Adoção	Vigência
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações às CPC 48/IFRS9 e CPC 40/IFRS 7)	Não houve adoção antecipada e não se espera que esta alteração tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.	01/01/2026
Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7)		
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras (substituirá o CPC 26/IAS 1)	Não houve adoção antecipada; entretanto, a Companhia espera impactos relevantes na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18. A Companhia encontra-se em processo de avaliação dos potenciais impactos desse pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras.	01/01/2027

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	1	1
Conta corrente	(a) 1.212	3.951
	1.213	3.952

(a) O montante apresentado refere-se, principalmente, a disponibilização do saldo para o pagamento de despesas correntes, incluindo o financiamento. Para maiores detalhes do financiamento, veja nota explicativa 13. **9 Títulos e valores mobiliários:** **i. Circulante** - A Companhia aplica seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) no Banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 99% (98,4% em 31 de dezembro de 2024) do DI com vencimento entre agosto e dezembro de 2026. **ii. Não circulante** - Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada "Conta Reserva" (caixa restrito), valores equivalentes ao saldo mínimo de 3 (três) vezes o valor da última prestação mensal vencida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida. Em 31 de dezembro de 2025 a totalidade dos recursos está aplicada em renda fixa via cotas de fundos de investimento em títulos públicos referenciado DI no Banco Santander Brasil. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,1% (10,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As aplicações referentes às garantias do contrato de financiamento, e estão em conformidade com as exigências contratuais. Para maiores detalhes, veja a nota explicativa 13.

10 Concessionárias e permissionárias

	2025	2024
A vencer	4.682	4.723
Até 3 meses	16	411
De 3 a 12 meses	324	161
Acima de 12 meses	780	267
Provisão para perda de crédito esperada	(780)	(267)
	5.022	5.295

A movimentação da PCE está demonstrada a seguir.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	(267)	-
Adições	(513)	(267)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	(780)	(267)

11 Ativo de contrato: A movimentação do ativo de contrato está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	577.342	571.476
Remuneração do ativo de contrato	52.697	52.219
Recebimentos	(48.449)	(46.353)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	581.590	577.342

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	50.619	48.439
Não circulante	530.971	528.903
	581.590	577.342

12 Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	2025	2024
Imposto de renda	4.356	4.159
Contribuição social	798	812
	5.154	4.971

13 Financiamento

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	33.311	40.966
Juros	3.160	3.351
Amortização - principal	(8.060)	(7.927)
Amortização - juros	(2.444)	(3.079)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	25.967	33.311

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	8.264	8.080
Não circulante	17.703	25.231
	25.967	33.311

i. Estrutura da dívida

(a) Financiamento

	Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C
Valor captado	97.300	44.100	750
Vencimento da 1ª parcela	23 de dezembro de 2013		
Vencimento da última parcela	15 de fevereiro de 2029		

Finalidade: Obras civis e Máquinas e Investimentos
Encargos: demais itens equipamentos sociais
Forma de pagamento: TJLP + 2,42% TJLP + 3,5% TJLP
Principal e juros mensais

ii. Estratégia para a contratação da dívida - Na avaliação prévia à contratação da dívida, a Companhia considerou o impacto na sua estrutura de capital, além de fatores como disponibilidade de recursos (fontes existentes e disponíveis), custo, prazo e indexação. Tendo em vista que a receita da Companhia é corrigida anualmente pelo IPCA, dívidas com mesma indexação permitem o alinhamento entre receitas e despesas financeiras. **iii. Fluxos dos pagamentos futuros** - O fluxo estimado de pagamentos futuros inclui somente o principal, capitalizado quando aplicável, tendo em vista que os pagamentos de juros ocorrem mensalmente (financiamento), dependendo do

tipo de dívida. Esse fluxo é calculado com base na posição final das dívidas em 31 de dezembro de 2025 e considerando que todas as amortizações de principal dos financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores de encargos incorridos, já reconhecidos nestas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2025 o vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2025	2024
Em 2027	8.171	
Em 2028	8.171	
Em 2029	1.361	
	17.703	

iv. Cláusulas restritivas - O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas (*covenant*) financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. As principais cláusulas restritivas estão descritas a seguir:

- (a) não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária
- (b) não realizar, sem a prévia autorização do BNDES, (i) constituição de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES; (ii) concessão de preferência a outros créditos e (iii) distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido, salvo se verificado, cumulativamente, (1) o atingimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos); (2) que não afete a capacidade da companhia para cumprir suas obrigações financeiras e operacionais e (3) a companhia estar adimplente com todas as obrigações do contrato de financiamento e dos contratos de garantia
- (c) cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de concessão
- (d) apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) e o Índice de Capital Próprio (ICP)
- (e) extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, bem como o requerimento de autofalência ou de falência relativo a Companhia
- (f) transformação da Companhia em outro tipo societário
- (g) declaração de vencimento antecipado do contrato de financiamento do BNDES e/ou de qualquer financiamento contratado pela Companhia, não sanadas no prazo de 90 (noventa) dias
- (h) extinção da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais do financiamento.

v. Composição do endividamento e da dívida líquida

	2025	2024
Dívida bruta		
Financiamento	25.967	33.311
Caixa e equivalentes de caixa e TVM		
Caixa e conta corrente	1.213	3.952
CDB	17.996	7.296
Fundo de Investimento	2.821	5.623
Dívida líquida	3.938	16.440

14 PIS e COFINS diferidos: Os saldos de PIS e COFINS registrados no passivo decorrem das receitas de construção e da remuneração do ativo de contrato reconhecidas pela Companhia desde o início da fase de construção até a presente data, em conformidade com o regime de competência e com os critérios de reconhecimento de receita previstos no ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, em conjunto com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Nos termos do ICPC 01, a Companhia reconhece a receita de construção à medida do progresso da execução das obras, com o correspondente reconhecimento do ativo de contrato, bem como a receita de remuneração associada à prestação contínua do serviço concedido, nos termos do contrato de concessão. Os tributos incidentes sobre tais receitas são reconhecidos simultaneamente ao reconhecimento da receita que lhes dá origem, em observância ao regime de competência. A realização dos saldos de PIS e COFINS ocorrerá de forma gradual, à medida do recebimento da RAP, conforme previsto no contrato de concessão e em alinhamento com o fluxo de realização do ativo de contrato reconhecido contabilmente. De acordo com a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que estabelece a extinção do PIS e da COFINS a partir de 2027, os saldos desses tributos apurados até a data de encerramento de sua incidência não estão sujeitos à baixa contábil, devendo ser mantidos nos registros da Companhia. A extinção dos tributos não implica o cancelamento das obrigações tributárias regularmente constituídas sob a legislação vigente à época dos respectivos fatos geradores, restringindo-se ao encerramento da incidência futura. Dessa forma, ainda que a liquidação financeira ou a realização contábil desses saldos ocorra após 2027, a administração entende que a obrigação é exigível, uma vez que tais valores representam obrigações tributárias válidas, reconhecidas em conformidade com o ICPC 01 e o CPC 47, devendo permanecer registradas até sua efetiva liquidação ou até outra forma de realização expressamente prevista na legislação aplicável. Por fim, a Companhia acompanhará de forma contínua os desdobramentos da Reforma Tributária, incluindo eventuais regulamentações complementares e pronunciamentos técnicos, avaliando tempestivamente os impactos contábeis e fiscais que eventualmente se façam necessários, em conformidade com a legislação vigente e com as normas contábeis aplicáveis. O montante do PIS e da COFINS está demonstrado abaixo:

	2025	2024
PIS	9.307	9.262
COFINS	42.868	42.662
	52.175	51.924

Os saldos do circulante e não circulante apresentados nos balanços patrimoniais estão demonstrados abaixo:

	2025	2024
Circulante	4.456	4.265
Não circulante	47.719	47.659
	52.175	51.924

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Imposto de renda	77.520	73.644
Contribuição social	27.907	26.512
	105.427	100.156

A composição do saldo está apresentada a seguir.

	Base de cálculo		IRPJ e CSLL	
	2025	2024	2025	2024
CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	313.700	297.462	106.658	101.137
Provisão para perdas de crédito esperadas	(780)	(267)	(265)	(91)
Provisão para riscos cíveis	(2.840)	(2.621)	(966)	(890)
	310.080	294.574	105.427	100.156

16 Contingências: Companhia constitui provisões relacionadas a processos judiciais, administrativos e arbitrais, em valores suficientes para garantir eventuais perdas consideradas prováveis. A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, para os quais são constituídas provisões quando é provável uma saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados. Os processos avaliados como de risco possível são divulgados em notas explicativas. A probabilidade de saída de recursos é baseada em avaliação e qualificação dos riscos. Essa avaliação é suportada pelo julgamento e pela experiência da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis. As avaliações de risco e os valores estimados podem divergir dos que vierem a ser incorridos pela Companhia.

	Provisões		Passivos contingentes	
	2025	2024	2025	2024
Cível	-	-	856	669
Fundiário	2.840	2.621	-	1.092
Tributário	-	-	1.950	1.779
	2.840	2.621	2.806	3.540

(a) **Desconto da parcela variável** - A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por atraso na entrada em operação. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor em risco é de R\$ 856 e R\$ 669, respectivamente e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível. (b) **Serviço administrativo** - Para assegurar o direito de atravessar terrenos de terceiros, a Companhia deve constituir serviço administrativo e indenizar os proprietários de terrenos atravessados pela linha de transmissão. Mediante a avaliação realizada por empresa especialista em negociações fundiárias, a Companhia define qual o valor adequado para indenização em cada caso e inclui os valores no orçamento da construção do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona judicialmente a Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 o valor em risco é de R\$ 2.840 (R\$ 2.621 em 31 de dezembro de 2024) e foi avaliado pela administração, com suporte dos assessores jurídicos como risco de perda provável. Não há valores com risco de perda possível (R\$ 1.092 em 31 de dezembro de 2024). Caso esse valor seja pago aos proprietários, a Companhia pode pedir à ANEEL a reabertura do processo de utilização e incluir esses gastos como custo do empreendimento. (c) **Compensação de créditos tributários (posição fiscal incerta)** - A Companhia possui processos administrativos contra a Receita Federal do Brasil em virtude da utilização de créditos de IRPJ e CSLL, e que posteriormente não foram homologados. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor em risco é de R\$ 1.950 e R\$ 1.779, respectivamente, referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é mais provável do que não que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas competentes. **17 Patrimônio líquido: (a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 208.704, dividido em 208.703.780 (duzentos e oito milhões, setecentos e três mil, setecentos e oitenta) ações ordinárias sem valor nominal, distribuídas entre seus acionistas conforme abaixo.

	Ações (mil)	
	2025	2024
Ceilo	51%	106.439
Copel	49%	102.265
	100%	208.704

(b) **Reserva de lucros - i. Reserva legal** - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. A destinação da reserva legal está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Reserva legal	1.821	1.706

ii. Reserva de retenção de lucros - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	25 de abril de 2024	8.100	Destinado à retenção de lucros

iii. Reserva de incentivos fiscais - Constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais do imposto de renda auferido na exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica no Estado do Maranhão. No dia 27 de dezembro de 2017 o Ministério da Integração Nacional por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), emitiu o Laudo Constitutivo nº 0229/2017, aprovando o direito à Companhia ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de vigência (ano calendário) desse incentivo fiscal é de 2017 até 2026. Durante o período de vigência, a Companhia deve atender as seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social; (ii) apresentar anualmente a declaração de rendimentos; (iii) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução; (iv) fornecer informações à SUDENE; e (v) apresentar anualmente à SUDENE a certidão de regularidade fiscal. O não atendimento dessas obrigações pode resultar na perda do referido incentivo fiscal. Em 21 de dezembro de 2023 a SUDENE emitiu o Laudo Constitutivo nº 0400/2023 aprovando a continuidade do benefício fiscal até 31 de dezembro de 2032. A destinação da reserva de incentivos fiscais está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Reserva de incentivos fiscais	7.152	6.698

iv. Reserva de lucros a realizar - Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47 conforme descrito na nota explicativa 6.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	27 de março de 2025	1.306	Aprovação do montante como 1.306 dividendos a pagar

(c) Dividendos mínimos obrigatórios - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. A destinação do dividendo mínimo obrigatório está demonstrada a seguir.

	2025	2024
Dividendos mínimos obrigatórios	6.862	6.427

(d) Dividendo adicional proposto - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas.

Reunião	Data	Valor	Deliberação
Assembleia Geral Ordinária	25 de abril de 2024	8.100	Destinação à reserva de retenção de lucros
		19.097	Destinação ao pagamento de dividendos
Assembleia Geral Ordinária	27 de março de 2025	19.279	Aprovação para o pagamento de 19.279 dividendos adicionais.

A destinação do dividendo adicional está demonstrada a seguir.



INTEGRAÇÃO MARANHENSE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 14.871.900/0001-19

(b) Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Pessoal	(463)	(542)
Prestação de serviços administrativos	(500)	(420)
Consultorias	(286)	(257)
Diversos	(361)	(193)
	(1.610)	(1.412)

(i) Refere-se a prestação de serviços administrativos (contabilidade, fiscal, financeiro, jurídico e outros) realizados pela Celeo, conforme descrito na nota explicativa 22.

20 Resultado financeiro

	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	2.158	1.833
Outras receitas	269	553
Receitas financeiras	2.427	2.386
Juros do empréstimo	(3.160)	(3.351)
Outras despesas	(346)	(347)
Despesas financeiras	(3.506)	(3.698)
	(1.079)	(1.312)

21 Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Resultado antes dos impostos	44.309	41.733
Despesa de IR e CS à alíquota nominal de 34%	(15.065)	(14.166)
Incentivo fiscal - SUDENE	7.152	6.698
Outras (adições) exclusões	24	(155)
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(7.889)	(7.623)
Alíquota efetiva	18%	18%

(a) Conforme descrito na nota explicativa 17 (b).

22 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

Tipo de transação	índice de correção	Prazo	Venci-mento	Passivo 2025	Passivo 2024	Resultado 2025	Resultado 2024
Celeo (i) Backoffice	IPCA	5 anos	2024	-	-	(420)	(420)
Celeo (ii) O&M	IPCA	5 anos	2026	311	312	(2.158)	(2.059)

As transações comerciais com a Celeo referem-se a (i) prestação de serviços administrativos. A despesa desse contrato é registrada na rubrica "serviços de terceiros - despesas operacionais"; e (ii) serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo desse contrato é registrado na rubrica "serviços de terceiros - custos operacionais".

(b) Remuneração da administração - Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração da diretoria (salário, encargos, benefícios e remuneração variável), do conselho fiscal e do conselho de administração (pró-labore e encargos) foi de R\$ 313 (R\$ 355 em 31 de dezembro de 2024) e está registrada na rubrica "pessoal - despesas operacionais".

(c) Dividendos

	2025	2024
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	7.733	9.065
Dividendos oriundos das reservas de lucros	19.279	20.403
Pagamento de dividendos	(25.706)	(28.162)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	6.862	6.427
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	8.168	7.733

23 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas

- A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no

longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda, observadas as condições do Contrato de Concessão, do Contrato de Financiamento, a venda de determinados ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA, da mesma forma que a receita do contrato de concessão. **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais. Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) um pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, conforme estabelecido pelo Contrato de Uso de Sistema de Transmissão assinado pelo ONS com os agentes acessantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Eventualmente, pode ocorrer que um usuário obtenha posicionamento jurídico favorável à suspensão parcial ou total dos pagamentos dos Encargos de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), seja devido a reestruturação de passivos ou questionamento dos termos e condições do Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST). A Companhia não é parte ativa destas discussões e tem o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro assegurado pelo Contrato de Concessão. Apesar de não haver histórico de perdas materiais, a Companhia adotou uma política de provisão baseada em atrasos superiores a 12 meses. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia visa a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos programados, embora durante período de operação não seja esperado que os desembolsos superem os ingressos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa visa antecipar a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, permitindo maior tempo para análise, estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos de renda fixa com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros** - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requeiro pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos

instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução ou aumento de 25%; e (iii) redução ou aumento de 50% do cenário provável, respectivamente.

Risco	Cenários			
	(i)	(ii)	(iii)	
Aplicação financeira	Redução do CDI	(3.123)	(2.342)	(1.561)
Financiamento	Aumento da TJLP	1.942	2.428	2.913

*Fonte: O CDI para o cenário provável (15%) foi considerado conforme relatório Focus de 2 de janeiro de 2026. A TJLP para o cenário provável (7,48%) foi considerada conforme relatórios de mercado de dezembro de 2025. **(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros** - A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Hierar-quia do valor justo	2025		2024	
		Custo amorti-zado	VJR	Custo amorti-zado	VJR
Caixa e equivalente de caixa	8	1.213	-	3.952	-
Títulos e valores mobiliários	9	-	20.817	-	12.919
Concessionárias e permissionárias	10	5.022	-	5.295	-
Ativos Financeiros		6.235	20.817	9.247	12.919
Fornecedores		715	-	830	-
Financiamento	13	25.967	-	33.311	-
Passivos Financeiros		26.682	-	34.141	-

(d) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo) - A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos nestas demonstrações financeiras se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. A Companhia considera que os saldos contábeis do financiamento, classificados como "passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos. **24 Cobertura de seguros (não auditado):** A Companhia possui com política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segura
Risco operacional	30.06.2025 a 30.06.2026	88.390
Responsabilidade civil	30.06.2025 a 30.06.2026	70.000
Responsabilidade da administração	16.04.2025 a 16.04.2026	50.000
Veículos	30.05.2025 a 30.05.2026	246

Julio César de Castro Martins - Diretor Presidente
José Renato Sobral de Menezes - Diretor
Bruno M. S. M. Melo - Contador - CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior** - O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 06 de fevereiro de 2025, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades dos administradores e da governança pelas demonstrações financeiras** - Os administradores da Companhia são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que eles determinaram como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que os administradores pretendam liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelos administradores. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP000160/F-5
Patricio Marques Roche
 Contador CRC 1RJ081115/O-4

